



II SEMINÁRIO DE DIREITO PARA JORNALISTAS - DIA 28.08.00



DISCURSO DE ABERTURA

**DESEMBARGADOR MARIO MACHADO
PRESIDENTE DA AMAGIS-DF**

Exmo. Senhores, se dúvida houvesse sobre a necessidade e o sucesso deste encontro, certamente ela já estaria dissipada pelos pronunciamentos que me antecederam. Brilhantes, apropriados e inseridos no contexto que marca bem os propósitos do evento.

A interação Imprensa-Judiciário se vem intensificando nestes últimos anos e vários fatores têm contribuído para isso, mas, sem dúvida, o principal deles é que o Judiciário, antes tratando basicamente de conflitos de natureza individual, resolvendo questões entre pessoas, passou a tratar das mais relevantes questões que afligem a nossa sociedade. Dirimindo, por meio de modernos mecanismos, inclusive postos na Constituição de 1988, demandas com contexto social e político, atingindo vários segmentos, tratando de interesses coletivos, interesses difusos, tendo repercussão, portanto, no palco nacional, interferindo, também, nos limites constitucionais, nos outros poderes, o Poder Judiciário gera reações e vira notícia.

A oportunidade deste encontro, deste segundo Seminário de Direito para Jornalistas, é apropriada, de outro lado, no momento em que nos propomos passar para os senhores jornalistas noções de direito, e isto não divulgamos no folder, para que possamos também aprender com os jornalistas. Não tive a honra de ser aluno do jornalista Carlos Chagas, mas, aqui e ali, recolho as suas lições. Lembro-me de palavras suas, cerca de cinco anos atrás, no auditório da Câmara dos Deputados, quando disse que o cachorro morder um magistrado não seria notícia em lugar algum, mas um magistrado morder o cachorro seria primeira página e manchete em todos os jornais.

Essas lições só podemos ter com esse contato honesto, franco, transparente e que mostra muito claramente para a imprensa que nós, magistrados, abrimos as nossas portas para um diálogo, para uma compreensão que se faz necessária para uma melhor distribuição de notícia, de informação sobre o Judiciário.

Em meio a esse segundo Seminário, além das noções básicas do Direito, os senhores jornalistas terão a oportunidade de conhecer o pensamento dos magistrados sobre temas atuais, como, por exemplo, a reforma do poder, a denominada lei da mordaza, e o Projeto de Lei Complementar n.º 687, do Senador Paulo Souto do PFL da Bahia, que define crimes de responsabilidade dos magistrados. A apreensão que este projeto causa à magistratura por retirar a independência do juiz no momento de julgar pode ser inferida deste convite que recebi da AJURIS - Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul: "- Independência ou Morte. Imagine sua casa invadida, seus filhos arrebatados. Seu companheiro no covil de uma ditadura cruel. Imagine a solidão dos seus. O desespero da causa. A frieza de uma cidadania impotente e incapaz de se comprometer com sua dor pessoal. Imagine seu advogado percorrendo corredores indiferentes, batendo porta após porta e só encontrando juizes servis. Por certo uma Nação livre não se construirá depois da subjugação da Justiça. A independência dos seus juizes é, acima de tudo, uma garantia fundamental do cidadão. Venha refletir sobre os riscos da democracia diante do Projeto de Lei n.º 687/99, que criminalizará a atuação independente da magistratura. Justiça servil é povo escravo!"

A ser aprovado esse Projeto de Lei n.º 687/99 nos termos em que se encontra, não me eximo de afirmar que, ao final de todo e qualquer edital de concurso público para provimento de cargo na magistratura, deverá haver a advertência: "Cuidado, tornar-se juiz pode ser perigoso à sua liberdade".

A independência dos magistrados nos julgamentos é indispensável. De acordo com recentes matérias veiculadas pela mídia, ex- secretário da presidência da República, para justificar contatos com juiz acusado de desvio de verbas do Tribunal Trabalhista de São Paulo, disse que se destinavam a assegurar a nomeação de juizes na vaga de Classistas do Tribunal, para que fossem decidir de acordo com os interesses do Governo nas causas de reajustes salariais e de reposição de perdas advindas de planos econômicos. Independentemente da veracidade ou não da justificativa, o certo é que por ela esses contatos para essas nomeações se destinavam a assegurar julgamentos favoráveis ao Governo. Os juizes nomeados nas vagas de classistas, por interferência política, votariam de acordo com os interesses da equipe econômica, ou seja, para que não houvesse qualquer reajuste e não houvesse reconhecimento algum de perdas salariais. Ora, esse fato é grave, muito grave. É confissão de tentativa de interferência política em futuros julgamentos do Judiciário. Mostra a fragilidade de mecanismos de nomeação de pessoas estranhas à carreira da magistratura para integrar Tribunais. Aí é de se perguntar: nesse Conselho Nacional de Justiça, proposto na reforma do Judiciário, os integrantes externos, que são três, inclusive dois designados pelo Congresso Nacional, vão-se limitar ao controle da atuação administrativa e financeira do Judiciário, ao cumprimento dos deveres funcionais dos juizes? Será que não vão interferir nos julgamentos, pressionar os mesmos juizes que podem ser demitidos,

removidos, colocados em disponibilidade, aposentados pelo Conselho? Eis aí uma reflexão interessante que poderá ser enfrentada nas nossas discussões. Não quero castigar os senhores, haveria outros tópicos a abordar, mas vou abreviar minha fala. Antes de encerrar, quero expressar alguns agradecimentos àqueles que, entre tantos, contribuíram, numa dimensão especial, para esse importante evento.

Muito obrigado ao Juiz Antonio Fernandes da Luz, Diretor de Comunicação Social da AMAGIS -DF, pelo entusiasmo contagiante e por ser um dos que geraram essa idéia;

Muito obrigado ao Desembargador Edmundo Minervino, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, por emprestar sua co-participação decisiva para o evento e que, com pouco tempo de mandato, tanto já realizou;

Muito obrigado ao jornalista Edgar Tavares, Presidente do Sindicato dos Jornalistas, que desde o primeiro momento aliou-se à Associação e ao Tribunal nessa iniciativa;

Muito obrigado à jornalista Adriana Jobim, Assessora de Comunicação Social do Tribunal de Justiça e, sem dúvida, a responsável direta por um novo e melhor relacionamento entre a imprensa e os nossos magistrados;

Muito obrigado à Caixa Econômica Federal que, entendendo o elevado propósito do certame de matéria jornalística, possibilitou, com o seu patrocínio, o êxito do certame;

Muito obrigado aos magistrados que aqui se encontram, em especial àqueles que farão as palestras nos dias seguintes, e que, todos, me permitam homenagear na pessoa do eminente Ministro Costa Leite, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que, como respeitado líder da magistratura nacional, por sua presença neste ato, empresta-lhe um significado de maior relevo, ao mesmo tempo em que honra os magistrados do Distrito Federal;

Muito obrigado ao Desembargador Viana Santos, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, entidade digna, que pugna, realmente, pela fortificação da magistratura nacional em defesa dos cidadãos deste país.

Obrigado por seu apoio decidido a todos os eventos e realizações desta associação estadual;

Muito obrigado, por fim, aos ilustres Jornalistas que atenderam ao nosso convite, comparecem à nossa Casa, especialmente àqueles que compõem esta Mesa e que abriram mão de seu tempo precioso para nos dar as mãos.

É tempo de compreensão recíproca, sem se abrir mão das pesadas responsabilidades de bem julgar e de bem informar.